

## LICENCIAMENTO DE BARRAGENS E A CONSTRUÇÃO DA REDE SOCIAL NA ZONA DA MATA, MINAS GERAIS: EMPREENDEDORES E ATINGIDOS ARTICULADOS EM CONFLITO AMBIENTAL

Pollyana Martins Santos ; Márcia Pinheiro Ludwig ; Marcelo Leles Romarco de Oliveira

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo descrever e analisar o processo de formação da rede social formada por indivíduos integrantes de diferentes organizações na Zona da Mata mineira, articulados em função da defesa dos interesses de comunidades atingidas por barragens na região. O trabalho foi desenvolvido dentro de uma perspectiva metodológica predominantemente qualitativa, sendo empregadas como técnicas de coleta de dados entrevistas semi-estruturadas, além de pesquisa documental e científica. Os resultados obtidos apontam para a existência de uma rede de movimento social nos moldes definidos por Sherer-Warren (2006) em atividade na Zona da Mata mineira. É também possível observar que tal estrutura, ao problematizar a construção de empreendimentos hidrelétricos a partir da perspectiva das comunidades locais, tem alcançado significativa importância na contribuição para com o processo de legitimação de direitos e construção de justiça ambiental.

**Palavras-chave:** Conflitos ambientais; redes sociais; justiça ambiental.

### RELATIONS BETWEEN THEORY AND RESEARCH IN SOCIAL SCIENCES

### ABSTRACT

This article aims to describe and analyze the process of formation of the social network formed by individuals belonging to various groups in the Zona da Mata, State of Minas Gerais, Brazil, that seek to protect the interests of communities affected by dams in the region. Methodologically, the study was conducted in a predominantly qualitative perspective, being employed as techniques of data collection semi-structured interviews and documentary and scientific research. Search results indicate the existence of a network of social movement in a manner established by Sherer-Warren (2006) in operation in the Zona da Mata, State of Minas Gerais, Brazil. It is also possible to observe that such a structure, by discussing the construction of hydroelectric projects from the perspective of local communities, has demonstrated significant importance for the process of legitimation of rights and construction of environmental justice.

**Key words:** Environmental conflicts; social networks; environmental justice.

---

**Pollyana Martins Santos.** Bacharel em Direito e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: pollyana.santos@ufv.br. **Márcia Pinheiro Ludwig.** Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, Professora-Adjunto da Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Doméstica. E-mail: marciap@ufv.br. **Marcelo Leles Romarco de Oliveira.** Doutor em Ciências Sociais pela CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Professor do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: mlromarco@yahoo.com.br.

---

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo descrever e analisar o processo de formação da rede social identificada na Zona da Mata mineira, estruturada em prol da defesa dos interesses de comunidades atingidas por barragens.

Assim, tomando-se como pano de fundo a perspectiva da sociedade organizada em rede, tal como trazida por Castells (1999), esta foi problematizada como sendo formada por nós coletivos, ou, em outras palavras, conforme expressa Sherer-Warren (2006), enquanto coletivos em rede, ou seja, uma rede que é formada por outras redes.

Nesta medida, a rede social que consistiu nosso objeto de estudo insere-se num contexto muito mais amplo, tornando-se, ela mesma, enquanto rede, também o nó de uma estrutura mais complexa que é designada por Sherer-Warren (2006) como rede de movimento social. Desta maneira, ao buscar evidenciar as contradições advindas da implantação de empreendimentos como as hidrelétricas — legitimados como indispensáveis para o desenvolvimento do país — pouca margem de opção têm deixado para as populações locais a respeito das escolhas do chamado “desenvolvimento”; a rede social analisada, como rede e também como nó, tem evidenciado a sua importância na contribuição para com o processo de legitimação de direitos e construção de justiça ambiental.

### 1. CONFLITOS AMBIENTAIS COMO RELAÇÕES ASSIMÉTRICAS DE PODER

Estudar a questão dos conflitos ambientais pressupõe, de início, aceitar a ideia de que

meio ambiente e sociedade são duas realidades indissociáveis. Isto ocorre porque os elementos constitutivos do ambiente – tais como os recursos hídricos, os biomas florestais, o solo ou os recursos minerais, por exemplo – detêm significados simbólicos, culturais e históricos que influenciam diretamente a forma como os diversos segmentos sociais encaram e fazem uso destes recursos naturais.

Isto equivale dizer que um mesmo recurso natural será uma realidade completamente diferente para cada ator social, seja no contexto técnico, social ou cultural de apropriação. Assim, o olhar e o agir de uma comunidade de pescadores e de uma empresa concessionária de energia sobre um mesmo rio, por exemplo, jamais será o mesmo. Os interesses são os mais variados possíveis: a comunidade encara o rio como fonte de sua subsistência, até mesmo como marco simbólico de sua permanência naquela região. Já a empresa vê o rio como uma oportunidade barata de produção de energia, de fazer as engrenagens do mercado girarem a seu favor. Quem tem mais direito? Ou quem tem mais *poder* para fazer valer este direito?

Situações como a descrita acima reproduzem-se dia após dia, nos mais variados terrenos, e acabam por caracterizar a existência e a evolução das sociedades nas quais eclodem. Conflitos ambientais consistem, assim, em *processos de disputa pelo acesso e domínio dos recursos ambientais*. É neste sentido que Acselrad (2004a, p.8) aponta que:

As sociedades se reproduzem por processos sócio-ecológicos. (...) Assim é que no processo de sua reprodução as sociedades se confrontem a diferentes projetos de uso e significação de seus recursos ambientais. Ou seja, o uso destes recursos é,

como sublinhava Georgescu-Roegen, sujeito a conflitos entre distintos projetos, sentidos e fins. Vista de tal perspectiva, a questão ambiental é intrinsecamente conflitiva, embora este caráter nem sempre seja reconhecido no debate público.

Dando relevo a esta questão, o mesmo autor ressalta que “os conflitos ambientais deveriam ser analisados, portanto, simultaneamente nos espaços de apropriação material e simbólica dos recursos do território” (ACSER-ALD, 2004a, p. 23). Isto porque, conforme Oliveira (2004, p. 98), o campo ambiental é também um campo social de diferenciações, no qual são travadas lutas de poder e lutas simbólicas, no bojo das quais os agentes se esforçam para manter ou transformar a estrutura das relações existentes no campo, legitimando ou deslegitimando práticas sociais ou culturais.

Encarar, portanto, o meio ambiente como um terreno contestável, material e simbolicamente, consiste em reconhecer, na verdade, que os conflitos ambientais se traduzem em relações de poder, através das quais os atores sociais, munidos de suas distintas formas de interagir com o ambiente, se enfrentam pelo domínio de um mesmo território ou de seus recursos naturais. Acselrad (2004a, p.26) definiu, assim, os conflitos ambientais como

(...) aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das

práticas de outros grupos.

Este fato traz intrínseca outra importante constatação: a de que são *historicamente assimétricas* estas relações de poder (ZHOURI e ZUCAREELLI, 2008, p.04), o que faz com que os conflitos ganhem um caráter de disputa injusta. Isto porque os instrumentos e os recursos de que dispõem os atores sociais envolvidos na demanda, via de regra, são muito desiguais, com a balança pendendo quase sempre em favor daqueles econômica e politicamente mais poderosos. Esta situação reflete, portanto, um processo de monopolização dos recursos naturais por parte dos grupos sociais dominantes, que têm a seu dispor todo um poderio político-econômico para impor os seus interesses em detrimento de outras práticas que reflitam os modos de apropriação do ambiente por grupos sociais economicamente mais vulneráveis.

A existência desta relação de causalidade entre a assimetria na distribuição do poder sobre os recursos políticos, materiais e simbólicos e a ocorrência de problemas ambientais parece ser o que alavancou nos Estados Unidos, na década de 80, o início do movimento por justiça ambiental, de iniciativa de organizações de lutas pelos direitos civis de populações afrodescendentes.

A partir do reconhecimento do fato de que depósitos de lixo químico e indústrias poluentes concentravam-se desproporcionalmente nas imediações de áreas habitadas por grupos racialmente discriminados, emerge um movimento de resistência e busca do que se chamou de “justiça ambiental”. O marco inicial se dá em 1982, na Carolina do Norte, Warren County, em meio a uma onda de protestos contra a instalação de um depósito altamente tóxico de bifenil policlorado (PBC) no local, o que resul-

tou em mais de 500 prisões.

Desde então, em duas décadas de existência do movimento norte-americano, Bullard (2004, p. 45) aponta que vários estudos científicos revelam a ocorrência de uma relação direta entre raça e exposição a riscos ambientais. É o caso, em 1983, de “*Siting of Hazardous Waste Landfills and Their Correlation with Racial and Economic Status os Surround Communities*”, um trabalho do U.S. General Accounting Office, que comprovou que 75% das imediações dos aterros comerciais de resíduos perigosos, situados na Região 4 (que compreende oito estados do sudeste dos Estados Unidos), se encontravam predominantemente localizados em comunidades afro-americanas, embora estas representassem apenas 20% da população da região.

Logo após, a Comissão para Justiça Racial (*Commission for Racial Justice*) elabora outro estudo, agora de caráter nacional, no qual fica evidenciado que a raça, mais que fatores como pobreza, valor de terra e propriedade imobiliária, era a variável determinante na predição de localização de instalações poluentes. Em 90, é lançado o livro “*Dumping in Dixie: Race, Class, and Environmental Quality*”, obra que, segundo seu autor, Bullard, registrou a convergência de dois movimentos sociais, justiça e defesa ambiental no movimento por justiça ambiental. E é em 1991, quando o movimento já tem seu foco extrapolado para além do contexto original da contaminação química (abordando também questões relativas à saúde pública, ocupação do solo, transporte, empoderamento de comunidades) que ocorre, em Washington, a Primeira Conferência Nacional

de Lideranças Ambientais de Pessoas de Cor, ocasião em que são elaborados os 17 princípios de justiça ambiental.

O conceito de justiça ambiental nasce, portanto, no seio da luta contra a distribuição desigual dos riscos ambientais nos Estados Unidos, e pode ser entendido, no dizer de Acelrad, Herculano e Pádua (2004b, p. 09-10), como o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo. Por sua vez, a injustiça ambiental é entendida como a condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania.

Diante disto, observa-se como a percepção inicial do movimento ativista ambiental afro-americano acerca da temática específica da contaminação química e discriminação racial pôde extrapolar as fronteiras norte-americanas e encontrar terreno fértil no cenário brasileiro, caracterizado pela apropriação elitista do território e dos recursos naturais, concentração dos benefícios usufruídos do meio ambiente, e exposição desigual da população à poluição e aos custos ambientais do desenvolvimento (ACSELRAD, HERCULANO e PÁDUA, 2004b, p. 10).

É através de um discurso que procura contestar o paradigma da modernização ecológica<sup>1</sup>, que as organizações sociais en-

---

1. Este termo foi empregado por Acelrad (2004b, p. 23) para indicar o paradigma dominante segundo o qual o cerne dos problemas ambientais estaria no desperdício de matéria e energia. Nesta lógica, a questão ambiental poderia ser apropriadamente internalizada pelas próprias instâncias do capital, motivo pelo qual as ações desenvolvidas por empresas e governos face aos problemas ambientais tenderiam a ser voltadas simplesmente para ganhos de eficiência e mercado.

volvidas na busca de justiça ambiental buscam denunciar a existência de uma lógica política que orienta a distribuição dos danos ambientais. A (in)justiça ambiental aloca, desta forma, a relação entre duas categorias, quais sejam, a desigualdade social e problemas ambientais, ou, em outros termos, equidade e meio ambiente, de tal maneira que não há como dissociar a ocorrência de problemas – ou conflitos ambientais – das disparidades na distribuição social de poder, uma situação muito mais sofisticada do que as resoluções gerenciais propostas pelo dogma da modernização ecológica. Nas palavras de Gould (2004, p.74),

enquanto maior poder político acumula-se naqueles com maior riqueza, maior riqueza também se acumula naqueles com maior poder político. (...) Tal resultado produz comunidades com capacidades limitadas de rejeitar a imposição de riscos ambientais, ao mesmo tempo em que cria comunidades com enorme capacidade de controlar seu próprio desenvolvimento econômico e suas trajetórias ambientalistas. (...) O resultado da distribuição desigual do poder político é um reforço adicional da tendência econômica de distribuir os riscos ambientais e de saúde pública pelas comunidades de pobres e operários.

A partir destas considerações, é possível concluir, assim como Acelrad, Herculano e Pádua (2004b, p. 10), que, no Brasil, desde há muito, movimentos sociais estão envolvidos em lutas por “justiça ambiental”, ainda que não tenham recorrido ao uso dessa expressão.

Isto porque, na medida em que os empreendedores detêm o domínio da situação,

por encontrarem-se respaldados por um modelo de mercado que reduz desenvolvimento a crescimento econômico, as comunidades dos atingidos carecem de recursos que as tornem capazes de enfrentarem em pé de igualdade o empreendedor. Logo, o que acaba ocorrendo com as comunidades é a desqualificação da condição de sujeitos da relação para meros expectadores no processo de apropriação de espaços. Conforme Zhouri, Laschefski e Paiva (2005, p.89),

nessa medida, a construção de barragens tem sido geradora de injustiças ambientais, uma vez que os custos dos impactos socioambientais recaem sobre as comunidades atingidas, sem que elas sejam, de fato, consideradas sujeitos ativos no processo de decisão acerca dos significados, destinos e usos dos recursos naturais ali existentes.

Vista por este ângulo, pressupõe-se que a construção de barragens reflete um quadro de injustiça ambiental, já que são as comunidades ribeirinhas – sujeitos vulneráveis da relação – as que sofrem as maiores consequências dos danos ambientais provocados pela instalação do empreendimento hidrelétrico. Como já evidenciado em estudos empíricos (CERNEA, 1991; DUQUE, 1984; GERMANI, 1982; MCCULLY, 2004; REIS, 2001; RHOTMAN, 2002; RHOTMAN, 2008; SIGAUD, 1988; SIGAUD, MARTIN0053-COSTA e DAOU, 1987; VAINER e ARAÚJO, 1990; ZHOURI, 2005) o deslocamento compulsório destas pessoas para implantação da obra as despoja não apenas da base material de toda uma existência, como também de suas referências culturais e simbólicas, redes de parentesco e memória

coletiva, ligadas àquele local.

É natural, assim, que um projeto de instalação de hidrelétrica e a ameaça de deslocamento compulsório a que ordinariamente são submetidas as populações locais sejam fatores determinantes de formação de resistências por parte dos atingidos, tal como apontado por Rothman (2008a, p.26). O mesmo autor, ao estudar o processo de formação de resistências conclui que “movimentos de pessoas atingidas por barragens tendem a emergir e desenvolver, em casos onde há relações sociais fortes, liderança forte e **redes informais e formais**”. (ROTHMAN, 2008b, p. 192).

## 2. A TEMÁTICA DAS BARRAGENS HIDRELÉTRICAS PELA PERSPECTIVA DAS REDES SOCIAIS

A palavra rede é bem antiga e vem do latim “*retis*”, significando entrelaçamento de fios, com aberturas regulares, que formam uma espécie de tecido. Pode ser conceituada como um conjunto de pessoas em uma população e suas conexões. Ou seja, a mesma inclui todas as relações que um indivíduo percebe como significativa, correspondendo ao nicho interpessoal deste, que contribui para seu próprio reconhecimento e autoimagem.

Ouve-se, hoje falar de redes em praticamente todas as áreas e campos do conhecimento. A popularidade do conceito pode ser explicada por duas razões: o desenvolvimento das comunicações e a valorização das relações entre as pessoas. Apesar das diferenças de configuração, podem ser identificadas, como salienta

Amaral (2011), as seguintes características nas redes:

objetivos compartilhados, construídos coletivamente; múltiplos níveis de organização e ação; dinamismo e intencionalidade dos envolvidos; coexistência de diferentes; produção, reedição e circulação de informação; empoderamento dos participantes; desconcentração do poder; multi-iniciativas; tensão entre estruturas verticais & processos horizontais; tensão entre comportamentos de competição & cooperação & compartilhamento; composição multi-setorial; formação permanente; ambiente fértil para parcerias, oportunidade para relações multilaterais; evolução coletiva & individual para a complexidade; configuração dinâmica e mutante.<sup>2</sup>

Castells (1999) também trabalha a ideia de rede. Como ponto de partida, o autor afirma que a rede consiste “num conjunto de nós interconectados” (CASTELLS, 1999, p.566). Aprofundando-se sobre o tema, o autor prossegue afirmando que “redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós, desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação” (CASTELLS, 1999, p. 566).

No entanto, a inovação por ele trazida a este estudo consistiu no fato de demonstrar que a ideia de “rede” tornou-se tão ínsita ao cenário de vida humana que, ao longo do tempo, foi capaz de alterar substancialmente as estruturas

---

2. Disponível em < [http://www.rits.org.br/redes\\_teste\\_cfm](http://www.rits.org.br/redes_teste_cfm)>, acesso em 22 de agosto de 2011.

sociais e, conseqüentemente, remodelar profundamente a forma de organização da sociedade. Desse processo resultou, no dizer de Castells, o vivermos hoje no que ele denominou de “*sociedade em rede*” (Castells, 1999, p. 565), o que equivale dizer que “as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (CASTELLS, 1999, p. 565).

E é a partir da percepção desta nova estrutura social apontada por Castells, da sociedade organizada em torno de redes, que torna-se possível compreender a tendência entre organismos e grupos da sociedade civil de mesma identidade social e política, de articularem-se com o fim de obter visibilidade, exercer pressão na esfera pública e assim atingir objetivos comuns, tal como apontado por Scherer-Warren (2006, p.113). Isto pode ser explicado pelo fato de que “a presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de dominação e transformação de nossa sociedade” (CASTELLS, 1999, p. 565).

Esta aproximação entre a abordagem de redes e os estudos sobre movimentos sociais, de acordo com Misoczky (2009), vêm se efetivando desde o final da década de 1980, com ênfase nos seguintes temas:

engajamento coletivo imbricado em con-

textos específicos de relações; estrutura de redes em comunidades específicas e seu impacto no desenvolvimento de ações coletivas, tanto com base em modelos formais quanto em evidências empíricas; exploração de laços em mobilizações, aproximando estrutura e agência; trocas interorganizacionais sob a forma da construção de coalizões ou da superposição de membros; atividade de networking em comunidades virtuais ou reais; interseção de indivíduos, organizações e protestos ao longo de períodos de tempo; potencialização do papel de grupos de interesse (DIANI, 2003, apud MISOCZKY, 2009, p.1164).

A partir deste contexto, Scherer-Warren (2006; 2008) trabalha a abordagem de rede pela perspectiva de estratégia de ação coletiva, ou seja, como conceito propositivo de atores coletivos e movimentos sociais<sup>3</sup>. Ao postular que “o movimento social atua cada vez sob a forma de rede, que ora se contrai em suas especificidades, ora se amplia na busca de empoderamento político” (SHERER-WARREN, 2008, p. 03), a autora constrói o conceito de *rede de movimento social*, enquanto articulação complexa entre atores sociais coletivos, organizados em prol de interesses afins.

Na elaboração do conceito, Scherer-Warren (2006, p. 110) parte de uma tríplice divisão sociológica da realidade em “Estado”,

---

3. Conforme explica a autora, “a ideia de rede enquanto conceito propositivo utilizado por atores coletivos e movimentos sociais refere-se a uma estratégia de ação coletiva, i.é., a uma nova forma de organização e de ação (enquanto rede). Subjacente a esta ideia encontra-se, pois, uma nova visão sobre o processo de mudança social - que considera fundamental a participação cidadã - e sobre a forma de organização dos atores sociais para conduzir este processo”. SCHERER-WARREN, I. Redes enquanto conceito propositivo dos movimentos sociais. Disponível em <<http://www.promenino.org.br/Ferramentas/Conteudo/tabid/77/ConteudoId/2c97aa7f-5c62-4343-8f8b-072f21081f3f/Default.aspx>>. Acesso em 26 de novembro de 2011.

“mercado” e “sociedade civil”. Neste sentido, pode-se afirmar que, enquanto os dois primeiros (Estado e mercado) encontram-se fundamentalmente orientados pelas racionalidades de poder, regulação e economia, a sociedade civil encontra-se diretamente vinculada à esfera da defesa da cidadania e suas respectivas formas de organização. Nas palavras da autora,

Pode-se, portanto, concluir que a sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110)

A partir destas considerações, Scherer-Warren (2006, p. 110) apresenta três níveis de organização da sociedade civil: *associativismo local*, *coletivos em rede*, e *mobilizações na esfera pública*.

No nível primário de organização social, surge o chamado “associativismo local”, ou seja, movimentos, grupos ou associações representativas das expressões locais e/ou comunitárias da sociedade civil. Tais redes sociais consistem, portanto, em comunidades de sentido, caracterizadas por vínculos inter-individuais em torno de um elo de identificação, afinidade, interesse ou valor social. Como exemplos, podemos citar

núcleos de movimentos de sem-terra, sem-teto ou associações de bairro, etc.

Num segundo momento, percebem-se as formas de articulação inter-organizacionais, caracterizadas pelos *coletivos em rede*, caracterizadores de *rede de redes*. Este nível compreende a articulação dos entes coletivos do nível primário (através da difusão de informações, troca de experiências e desenvolvimento de estratégias conjuntas, etc) em torno de objetivos, metas ou valores comuns, de modo a atingir uma maior expressividade das organizações e movimentos locais. Nesta categoria, enquadram-se os fóruns da sociedade civil ou as associações nacionais de ONG’s, por exemplo. Este cenário de articulação, possibilitado principalmente pela difusão das tecnologias de comunicação virtual<sup>4</sup> exprime uma forma mais institucionalizada de mediação entre Estado e sociedade civil, com fins políticos de transformação social.

No terceiro nível, temos o elemento organizacional considerado por Scherer-Warren (2006, p. 112) como a “forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo”: a *mobilização na esfera pública*, ou seja, a articulação não necessariamente institucionalizada entre agentes dos movimentos locais e diversas redes de redes, expressa por meio de grandes manifestações na praça pública. Em tais manifestações, a presença de simpatizantes é um elemento agregador de força ao movimento, garantindo a visibilidade na mí-

---

4. É interessante notar como a observação feita por Scherer-Warren, de que a articulação de coletivos em rede somente é viabilizada pelo uso rotineiro de meios de comunicação virtual, como e-mail e demais recursos da internet, vem confirmar a constatação de Castells (1999), de que a revolução tecnológica, principalmente no campo das comunicações, foi a força motriz para a reestruturação das formas de organização social, ou seja, de que “embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda estrutura social (grifei)”. (CASTELLS, 1999, p. 565).

dia, além de efeitos simbólicos para os próprios manifestantes e para a sociedade em geral. Assim, eventos como a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, de Goiânia a Brasília (maio de 2005) ou a Marcha da Reforma Urbana, em Brasília (outubro de 2005), consistem em exemplos integrantes desta categoria<sup>5</sup>.

Finalmente, a articulação conjunta entre os três níveis organizacionais apontados por Scherer-Warren (2006, p. 113) leva à construção teórica, por ela proposta, do conceito de rede de movimento social, que, no dizer da autora, “pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas ou transformadas”. Desta feita,

As redes de movimento social, na atualidade, caracterizam-se por articular a heterogeneidade de múltiplos atores coletivos em torno de unidades de referência normativas, relativamente abertas e plurais. Compreendem vários níveis organizacionais – dos agrupamentos de base às organizações de mediação, aos fóruns e redes políticas de articulação. Essas redes ora têm como nexos uma temática comum (terra, moradia, trabalho, ecologia, direitos humanos, etc.) ora uma plataforma de luta política mais ampla (a altermundialização, a soberania nacional, um projeto de nação, ou a luta contra o neoliberalismo, contra a hegemonia mundial do capitalismo, as guerras imperialistas,

contra o monopólio dos meios de comunicação, dentre outras), indicando uma relativa volatilidade das redes, mas também sugerindo indícios de sua capacidade de abertura ao pluralismo democrático agonístico. (SCHERER-WARREN, 2008, p.515)

O movimento ambientalista, que hoje pode ser considerado como um dos mais proeminentes no cenário mundial (CASTELLS, 2008, p. 141), adaptou-se de maneira singular à esta nova estrutura de sociedade em rede, disseminando-se, mundo afora, por uma infinidade de sub-redes, consubstanciadas, por sua vez, em milhares de organizações locais sediadas em todos os cantos do globo. T tamanha repercussão pode ser explicada, conforme Castells (2008, p. 141) pela “notável capacidade de adaptação às condições de comunicação e mobilização apresentadas pelo novo paradigma tecnológico”.

Diante das considerações acima expostas, é possível concluir que, no Brasil, o movimento nacional em defesa dos direitos de atingidos por barragens, consubstanciado na figura do MAB – Movimento de Atingidos por Barragens – consiste numa sub-rede do movimento ambientalista, tal como definido por Castells (2008, p. 144). Estruturalmente<sup>6</sup>, o MAB nacional é integrado por uma teia de coletivos em rede e de redes de redes, consistentes em núcleos coletivos locais e regionais, espalhados pelo país. De três em três anos, são realizados encontros nacionais, nos quais se reúnem

5. Todas as informações foram obtidas em Scherer-Warren (2006).

6. Todas as informações a respeito da estrutura organizacional do Movimento dos Atingidos por Barragens encontram-se disponibilizados no sítio oficial do movimento, acessível em <<http://www.mabnacional.org.br>>. Acesso em 27 de novembro de 2011.

representantes de todas as regiões organizadas do movimento no país. Em nível internacional, observa-se ainda a articulação em rede do MAB nacional com entidades como a WCD - *World Commission on Dams*.

Posto isto, descortina-se ao entendimento o seguinte cenário: organismos sociais locais que prestam assessoria a comunidades atingidas por barragens, tais como núcleos locais do MAB, ONG's, associações e outras organizações empiricamente localizáveis (associativismo local), ao articularem-se em prol deste interesse afim, caracterizam-se como coletivos em rede formadores de redes de redes, que, por sua vez, consistem nos “nós” de uma rede maior, ou seja, na rede de movimento social representada no Brasil pelo MAB nacional, que vem a ser, em último caso, uma ramificação do movimento ambientalista global.

Portanto, estabelecido este vínculo entre esta tipologia de movimento ambientalista trazida por Castells (2008) e, utilizando a terminologia de Scherer-Warren (2006, p. 122), sua “população-alvo” (o conglomerado de excluídos, discriminados e socialmente fragilizados), resta evidente a relação direta entre o campo de atuação do movimento e a temática da justiça ambiental, amplamente apreciada por Acserald (2004a, 2004b) e também objeto de análise na presente pesquisa. Conforme Castells (2008, p.147):

O que é questionado por esses movimentos é, de um lado, a tendência de escolha de áreas habitadas por minorias e populações de baixa renda para o despejo de resíduos e a prática de atividades indesejáveis do ponto de vista ambiental, e, de outro, a falta de transparência e de participação no processo decisório sobre a

utilização do espaço.

Nesta medida, tais grupos, a partir de sua percepção simbólica acerca das injustiças ambientais praticadas pelo setor energético, encontram-se estruturados em rede com a finalidade de prestar apoio aos atingidos pelos empreendimentos hidrelétricos, procurando equilibrar a relação e assim, diminuir as desigualdades de poder no campo material.

As organizações sociais, atuando como agentes de apoio aos atingidos por barragens, são descritos por Zhouri e Rothman (2008, p.122) como:

compostos, de maneira diversa, por segmentos mobilizados das populações afetadas, sobretudo, por famílias e comunidades rurais, mas também por populações urbanas, grupos, enfim, sobre os quais incidem os riscos e impactos provocados pela construção de barragens. Constitui ainda parte desse universo um conjunto de atores oriundos de diversos segmentos sociais, como igreja, universidade e organizações não governamentais (ONGs) que, como assessoria dos atingidos, têm como objetivo principal limitar as injustiças ambientais praticadas pelo modelo energético brasileiro. As ações desses atores acabam adicionando capital técnico e político aos atingidos pelas barragens, especialmente no âmbito dos processos de licenciamento ambiental.

Assim, a noção de justiça ambiental que permeia o discurso dos integrantes dos nós coletivos das redes sociais de apoio a atingidos por barragens é que configura o poder de negociação destes agentes na esfera simbólica,

legitimando-os a questionar, no plano material, a desigualdade de distribuição de poder entre os atores sociais envolvidos no conflito. Conforme esclarece Acserald (2004b, p. 29):

Essa ação coletiva, quando dirigida contra a ordem ambiental tida por injusta manifesta-se simultaneamente em dois planos: a) no plano da distribuição objetiva dos efeitos ambientais das práticas sociais; esta distribuição exprime a diferença de poder sobre os recursos ambientais entre os distintos grupos sociais, e b) no plano discursivo, onde vigoram distintos esquemas de representação do mundo, do ambiente, da justiça, etc; neste plano, coloca-se em jogo a legitimidade do modo de distribuição do poder sobre os recursos ambientais (...) Os movimentos sociais podem ser analisados por sua intervenção nestes dois níveis do espaço social – o espaço da distribuição do poder sobre as coisas e o espaço da luta discursiva.

Logo, as organizações sociais de apoio a atingidos por barragens atuam como agentes de capacitação das comunidades ameaçadas, contribuindo, em última instância, para o combate das injustiças ambientais que caracterizam os processos de construção de barragens, conforme evidenciado em estudo empírico de Rothman (2002). Consequentemente, tais redes podem consistir em canal para que o afloramento dos conflitos ambientais tenha, como

resultado, legitimação de direitos e justiça ambiental.

### 3. METODOLOGIA

Tendo como objetivos centrais resgatar o processo de formação dessa rede social na Zona da Mata mineira, a pesquisa foi construída a partir de um delineamento predominantemente qualitativo, tendo como quadro teórico de fundamentação o das ciências sociais críticas<sup>7</sup>. A natureza do estudo foi descritiva, sendo empregadas como técnicas metodológicas a pesquisa documental e científica, além de entrevistas semi-estruturadas. Posteriormente, os dados coletados foram trabalhados por meio da técnica da análise do discurso.

### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Historicamente, o surgimento da rede social objeto da presente pesquisa pode ser situado no ano de 1995, por ocasião da iniciativa do então docente da Universidade Federal de Viçosa, professor Franklin Daniel Rothman, em criar um projeto de extensão dentro da Universidade, voltado para a discussão das consequências dos empreendimentos hidrelétricos, a partir da perspectiva das comunidades locais afetadas por barragens.

O professor Franklin iniciou sua carreira de docente no Departamento de Economia Rural da UFV, em 1989, já com o entendimento de que iria afastar-se para a realização de doutora-

---

7. Pela perspectiva das ciências sociais críticas, o mundo material é socializado e dotado de significado. A teoria crítica pressupõe que todo conhecimento está fundamentalmente influenciado por relações de poder, que são de natureza social e estão historicamente constituídas, razão pela qual os fatos nunca podem ser separados do campo dos valores e da ideologia (ESTEBAN, 2010, p.69).

do nos Estados Unidos, o que de fato ocorreu. Posteriormente, o professor retorna a Viçosa em 1994, após realizar sua pesquisa de doutorado no sul do país, junto a movimentos sociais de apoio a atingidos por barragens (à época, a CRAB, Comissão Regional de Atingidos por Barragens). E é justamente nesta ocasião que começam a se intensificar as propostas de construção de empreendimentos hidrelétricos na Zona da Mata mineira. Ao ler nos jornais as notícias de que empresas como a Fiat, Alcan e a Cataguases-Leopoldina pretendiam estabelecer barragens na região, o professor Franklin percebe a ligação entre a situação por ele estudada no sul do país e a realidade que se delineava na Zona da Mata, o que despertou o seu interesse em construir um trabalho voltado para a discussão das consequências de tais empreendimentos. Conforme relata o entrevistado,

Aí eu meio que... bom... Já tive aquele... aquela intuição. Já tinha pesquisado, né, o movimento no sul, a questão de barragem no sul (...) no Xingu, né, na região no norte, Itaparica, na Índia... E sempre... sempre o mesmo tipo de... de problemas sociais e ambientais. Então eu senti, bom... Um é até uma oportunidade, né, de... de continuar a pesquisa nessa área, ahn... e também de obrigação moral para fazer... alertar, ajudar a alertar a população sobre os... que vão..., acontecer, né? (ROTHMAN, Franklin Daniel. Entrevistadora: Andréa Zhouri. Entrevista concedida ao Programa de História Oral da FAFICH. Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2005)

A fala do entrevistado revela que o número expressivo de barragens hidrelétricas previstas para a região da Zona da Mata mineira, com o qual se deparou à época do seu retorno a Viçosa, foi um elemento de suma importância na construção da estrutura que viria a se constituir na rede social, objeto do presente estudo. Neste sentido, a participação de professor Franklin como principal articulador desta rede social é frequentemente apontada pelos entrevistados. Em sua maioria, os depoentes relatam que a sua inserção no trabalho junto a estas comunidades encontra-se vinculada, de uma maneira ou outra, à pessoa do referido professor. O relato prestado pela professora Irene Cardoso<sup>8</sup> ilustra com clareza a situação:

Na verdade começou com o Franklin, o Franklin tinha feito o doutorado dele com a MAB, e ele voltou e tinha o mapa mais ou menos do que estava acontecendo, o que iria acontecer na Zona da Mata, com os projetos das barragens, né, e aí a gente não sabia de nada, a gente só sabia do Franklin. Aí Franklin começou a organizar um grupo, e chamou também o Ivo, Rafael, a Fatinha..." (professora Irene Cardoso, 2011)

Como se vê na fala da entrevistada, dentre os docentes da Universidade, o professor Franklin é quem primeiro chama a atenção para as possíveis implicações decorrentes dos vários empreendimentos hidrelétricos previstos para a região, o que se deveu à experiência an-

---

8. Irene Maria Cardoso é professora adjunto da Universidade Federal de Viçosa, no Departamento de Solos. A participação na presente pesquisa se deve ao seu envolvimento com os grupos iniciais do PACAB/NACAB, aos quais ainda se encontra vinculada, tendo ela participado das atividades de assessoria desde a época da constituição da rede.

terior daquele professor com situação similar no sul do país, por ocasião de seu doutorado. A partir desta percepção inicial, um pequeno grupo começava a tomar forma, como se observa pela relação de nomes que é mencionada pela professora Irene Cardoso em seu depoimento.

Neste momento, é importante destacar a forte percepção dos futuros integrantes da rede social ainda em formação da figura do professor Franklin enquanto seu articulador central. Tal circunstância pode ser comprovada pela frequente menção nos depoimentos a uma expressão típica, cunhada pelo mesmo para designar a intensificação do processo de implantação de barragens na região na década de 90: o “pipocar”:

A articulação foi ficando, projetos surgindo, vem a privatização do Fernando Henrique, liberou em concessões, aí que a coisa... como diz o Franklin, “pipocou”. “ÔÔÔÔ, pipocando as hidrelétricas!” (senhor Leonardo Rezende, 2011)

E o Franklin tinha feito a tese dele no sul do Brasil, junto com outras resistências do MAB, e aí, cá, por coincidência, ele fazia um trabalho numa comunidade chamada Nova, nós nos encontramos, e aí começava a pipocar essa coisa da barragem, ele até usava muito essa palavra, “pipocar”. (FERNANDES, Antônio Claret. Entrevistadora: Andréa Zhouri. Entrevista concedida ao Programa de História Oral da

FAFICH. Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2005).

É importante destacar que quando o professor Franklin toma conhecimento dos empreendimentos previstos para a Zona da Mata mineira, já estava ocorrendo uma situação de pré-estabelecimento de empreendedores nas localidades para as quais estavam previstas as barragens. Em Casa Nova, comunidade pertencente ao município de Ponte Nova, por exemplo, já corriam os rumores e comentários a respeito de pessoas “de fora” que estavam contactando moradores, solicitando cópias de documentos, como mostrado no relato a seguir:

E nessa conversa, assim amigos, conhecidos aqui da zona rural, começaram a falar: “ó, tem um pessoal rodando, fazendo umas 0070erguntas, e tirando xerox...” Isso já foi mais ou menos em 94, 95... ou até antes um pouco, essa conversa... “tem um pessoal que tá tirando xerox de documento da gente...” (senhor Zé Roberto, 2011)

Assim, paralelamente ao cenário ainda embrionário do que seria posteriormente um projeto de extensão de assessoria a comunidades atingidas por barragens, liderado pelo professor Franklin, começam a emergir outras manifestações de preocupação com os projetos hidrelétricos. O senhor José Roberto Fontes Castro, mais conhecido por Zé Roberto<sup>9</sup>, au-

9. José Roberto Fontes Castro, o Zé Roberto, é, em suas palavras, “um cidadão pontenovense, nascido e criado às margens do rio Piranga”. Uma das circunstâncias que levou ao seu envolvimento como liderança comunitária de atingidos por barragens remonta à sua iniciativa em criar, ainda no ano de 1.989, a ASPARPI, Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Piranga. Mas é a partir de 1.995, ocasião da tentativa de criação da UHE Pilar, na comunidade de Guaraciaba, município de Ponte Nova, que tem início o seu trabalho como liderança comunitária. Desde então, em quase 15 anos, Zé Roberto tem se destacado como uma das principais lideranças comunitárias na região, com atuação em diversas outras comunidades atingidas pelos vários empreendimentos previstos para a região da Zona da Mata.

tor do depoimento acima transcrito, passaria a ser também uma figura importante na discussão das barragens.

O senhor Zé Roberto, à ocasião funcionário do Banco do Brasil, e morador de Ponte Nova, fundara, em 1989<sup>10</sup>, uma associação, a ASPARPI (Associação dos Pescadores e Amigos do rio Piranga), da qual era presidente em idos de 1994. A sua longa e estreita relação com o rio Piranga (ele se define como pescador e amigo do rio) e com as comunidades ribeirinhas em geral fizeram com que ele fosse procurado pela comunidade de Casa Nova, em busca de orientação e apoio a respeito das frequentes incursões de “pessoas estranhas” (representantes dos empreendedores do Projeto Pilar<sup>11</sup>) na localidade. Conforme o entrevistado,

Eu já presidia a ASPARPI, em substituição ao doutor Denizete, que era presidente por mais três mandatos, nós começamos a ouvir a conversa de que a Fiat e a Alcan queriam construir uma barragem aqui para cima de Ponte Nova, uma barragem enorme. Ela teria cerca de setenta metros de altura, essa é uma região de muita...

então isso nos intranquilizou, como cidadão, pela segurança da gente, pela qualidade da nossa água, e pela nossa proposta de recuperar o rio. Se já tinha uma barragem pequenininha, que era a Brecha, perturbando o nosso rio, a grande faria um estrago maior (...) a comunidade de Casa Nova veio me procurar, através de um padre que atendia a região lá, em contato com um daqui, de que tinha alguma coisa acontecendo, de que ia prejudicar o rio, ia prejudicar eles lá, e que queriam “bater um papo”. (...) Então eu falei, bom eles vêm lá, eu estou disponível, podemos ir sim, vamos somar força, né. (senhor Zé Roberto, 2011)

Segundo mostra o depoimento, o senhor Zé Roberto se inteirou da questão das barragens a partir da procura de moradores da comunidade de Casa Nova, que seria atingida pela UHE Pilar. Assim, o acompanhamento e a experiência com o Projeto Pilar foi a oportunidade para que o entrevistado se tornasse parte da florescente rede social na Zona da Mata mineira, o que o levaria a ter papel importante no

---

10. Por ocasião da fundação da ASPARPI, em 1989, Professor Franklin assumia a cadeira de docente na Universidade Federal de Viçosa.

11. Projetada para ser um empreendimento de grande porte, a UHE Pilar estava prevista para ser construída na Zona da mata mineira, em uma área historicamente categorizada como de propriedade rural. De iniciativa de uma grande empresa transnacional, a Fiat, a represa barraria as águas do Rio Piranga, abarcando parcelas territoriais dos municípios de Guaraciaba e Ponte Nova, num total de 1.400 ha, e implicaria no deslocamento compulsório de 133 famílias, a grande maioria de pequenos agricultores do município de Guaraciaba. Contudo, o trabalho da assessoria possibilitou a materialização formal da oposição dos atingidos à instalação da represa, tanto por meio do questionamento dos estudos oficiais realizados, quanto pela própria manifestação popular, principalmente na audiência pública. Como resultado, um número expressivo de condicionantes, oriundas tanto das críticas feitas pela comunidade quanto pelo documento elaborado pela equipe da UFV foram incorporadas pela FEAM ao parecer apresentado ao COPAM. As condicionantes determinavam a internalização, pelo empreendedor, de diversos custos ambientais e sociais para implantação da obra, o que tornou necessária a reavaliação da viabilidade financeira e ambiental do projeto. Diante disto, a pedido do município de Guaraciaba, a COPAM concordou na realização de uma segunda audiência pública (fato inédito e sem precedentes), que foi marcada também por forte oposição popular à construção da represa. Isto culminou com a desistência da empreendedora Fiat no Projeto Pilar e, conseqüentemente, com a não construção da represa, o que até hoje é considerada como uma grande conquista das comunidades potencialmente afetadas pelo empreendimento.

acompanhamento de outros projetos previstos para outras localidades da região.

Outra figura de destaque na construção da rede de apoio foi Antônio Claret Fernandes, o padre Claret, figura que aparece no depoimento anteriormente mostrado. À época, Padre Claret já trabalhava com comunidades rurais da região, participando de projetos de práticas agrícolas desenvolvidos pela Igreja Católica. Por ocasião de um trabalho na localidade de Colônia, zona rural de Viçosa, veio a conhecer o professor Franklin<sup>12</sup>, e, via de consequência, a tomar conhecimento a respeito da questão das barragens na Zona da Mata:

Então, o... foi com o Franklin [Rothman], o primeiro contato. Porque Franklin ele tava vindo do sul. Parece que o trabalho dele lá foi justamente sobre barragem, né, ele veio pra cá, e aí ele tava fazendo um trabalho de extensão com a Vanda. A Vanda é... ex-esposa do Durval, né? (...) aí a gente tinha uma relação com o Durval, aí acabamos conhecendo a Vanda, tal. E ela fez um diagnóstico lá na, na Colônia (...) Então o Franklin fazia parte da equipe, né? Aí eu tava conversando, eu lembro que ele, ele... Nessa época ele já usava aquela expressão assim, “pipocar”, né? “Ah, tá pipocando na região, a barragem, e tal...” Aí começamos a conversar, eu tenho notícia de que lá, né, na época tava assim... efervescência, né? (...) Pilar, na época Pilar. Aí começamos esses contatos. No início eu ia às comunidades com eles, né? Tanto em Pilar quanto depois em Em-

boque. Aí ia a Alexandre, o Júnior, ia Léo, tinha na época, né, era aluno. Começou por aí. (FERNANDES, Antônio Claret. Entrevistadora: Andréa Zhouri. Entrevista concedida ao Programa de História Oral da FAFICH. Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2005)

Como pode ser observado, Padre Claret faz referência aos nomes de estudantes que, à época, integravam o núcleo de assessoria às comunidades atingidas por barragens, então recém constituído com o nome de NACAB, um projeto de extensão, conforme anteriormente mencionado, liderado pelo professor Franklin, que começava a se fazer presente nas localidades potencialmente afetadas pelos projetos de hidrelétricas. Paralelamente ao processo sinalizado pelo entrevistado em seu depoimento, Padre Claret começou a também participar da organização de comunidades atingidas por barragens, numa atitude que culminaria com surgimento do MAB regional Zona da Mata:

Então iniciou-se assim, dessa forma meio que espontânea, meio que do aperto mesmo, com as pessoas reagindo, e esse grupo da universidade, Franklin como referência, outros professores e alunos, e aí íamos juntos com outras pessoas, havia outros padres envolvidos, e havia uma liderança da CPT, na época, o Ricardo, que tinha trabalhado na região de Irapé, no norte de Minas, numa grande barragem da CEMIG, e que em algum momento participava de reuniões e de cursos que

---

12. Nesta ocasião, Professor Franklin integrava a equipe de professores que realizava um processo de diagnóstico rural da comunidade de Colônia promovido pela UFV, comunidade também assistida pelo padre Claret.

ajudavam as pessoas a entender como era o processo do RIMA, principalmente, e tal. (Padre Claret, 2011)

A fala do entrevistado mostra que o MAB surge na região a princípio timidamente e vinculado ao próprio grupo de professores e alunos da Universidade Federal de Viçosa, até mesmo pela ligação já estabelecida entre Padre Claret e o professor Franklin. É de se notar, na fala do ator, a referência à pessoa do senhor Ricardo Ribeiro, integrante da CPT. Como se poderá perceber pelos depoimentos seguintes, o senhor Ricardo Ribeiro também teve papel importante na formação da rede social ora estudada, já que, tendo em vista sua ligação anterior com o professor Franklin, foi o agente que facilitou a inserção do professor no universo da Zona da Mata.

Ainda em relação à fala de Padre Claret, dois momentos são apontados pelo entrevistado como marcos da afirmação do MAB na região Zona da Mata enquanto movimento popular: a Quarta Romaria das Águas, em 1999, e a instalação da sede física do movimento no município de Ponte Nova:

E aí depois que isso foi acontecendo, de data eu não me lembro bem, mas deve ter sido a partir de 94, por aí, aí quando foi em 26 de agosto de 1.999, aconteceu um evento que do nosso ponto de vista ele é marcante, porque ajudou o movimento a ir tomando forma de movimento popular. Aconteceu a Quarta Romaria das Águas e da Terra, ele é organizado pela CPT em conjunto com outras entidades, e como aqui já havia esse trabalho com os atingidos por barragens, começando com forma de movimento, então o pessoal

teve uma participação muito ativa, então, quem organizou a Romaria na verdade foram essas pessoas envolvidas com o trabalho com as famílias atingidas. (...) Dali, o movimento começou a ter uma forma mais de movimento, a região, de algum modo, ficou visível, as contradições visíveis, algumas pessoas que já participavam de eventos nacionais do MAB, que eram o Paulo Viana, de Pedra do Anta, o Claudiano, de Fumaça, continuaram e outras pessoas começaram a se envolver. (...) Então, desse evento a própria logística do movimento começou a melhorar, como o evento deu visibilidade, nós conseguimos uma ajuda de custo com a Igreja pra poder abrir um espaço aqui para a secretaria do movimento. Então, com isso, todo o material que antes ficava concentrado na Universidade, muito filme, e tal, então o Professor Franklin trouxe para cá. A nossa referência era lá, aí passamos a ter duas referências: Ponte Nova e Viçosa. Acredito que esse foi um marco interessante. E aí foi caminhando para ser o movimento que é hoje, com muita fragilidade ainda, ele aparece maior do que é, na verdade, é um grupo pequeno, mas que se esforça pra estar trabalhando com as comunidades, as demandas comuns, né, mas chegou a ser esse movimento com metodologia de movimento popular. (Padre Claret, 2011)

Percebe-se, na fala do ator, o destaque para dois momentos que delimitam o surgimento do MAB na Zona da Mata mineira: uma manifestação *simbólica*, consubstanciada na realização de mobilização na esfera pública, por meio da Romaria (Scherer-Warren, 2006), o

que trouxe força e visibilidade ao movimento; e a manifestação material, qual seja, a conquista de um espaço físico para a sede da secretaria no município de Ponte Nova, o que consistiu numa referência concreta do movimento da região. Observa-se ainda no depoimento do entrevistado a referência às figuras do senhor Paulo Viana e Claudiano, representantes de associações de comunidades rurais que começavam se a organizar.

Outra figura que se destaca neste processo embrionário de formação de um movimento social, que é trazido na fala de padre Claret, é a pessoa de Dom Luciano<sup>13</sup>, outra referência na história da construção da rede social na Zona da Mata. Como se observa na fala do entrevistado, a participação do arcebispo foi decisiva para a mobilização e organização das pessoas, o que é tido como essencial para o movimento social:

Porque ele [Dom Luciano] como tinha a visão assim, bem aprofundada da realidade, de como a sociedade funciona, ele tinha clareza, e nos momentos decisivos ele ficava do lado do povo. Ele participou de maneira decisiva em Pilar (...) como Pilar era da Fiat e Alcan, eu lembro que um momento ele disse “*bom, se barragem é bom, porque vocês não implantam na terra de vocês?*” sem ser agressivo, mas pra mostrar que era uma enganação que estava acontecendo ali. Nos momentos decisivos, ele estava presente, e isto ani-

mava muito o povo também. (Padre Claret, 2011).

O relato de Padre Claret deixa muito clara a relevância que Dom Luciano, uma importante autoridade dentro da Igreja Católica, possuía para a mobilização das comunidades. Era eminentemente uma figura popular, o que pode ser comprovado pela referência de Padre Claret, de que Dom Luciano “ficava ao lado do povo”, e que isto “animava muito o povo também”. O carisma do arcebispo, hoje já falecido, ainda permanece como fonte de incentivo para muitos integrantes da rede que tiveram a oportunidade de com ele trabalharem, conforme demonstra o relato trazido pelo senhor Zé Roberto:

Na hora, aí eu me recordo das palavras de Dom Luciano, quando ele falou que um padre contou a história dele, quando estava formando em Mariana, ele mostrou dentro da Igreja de Mariana, dentro da Catedral da Sé, os anjinhos, tudo gordinho, tal... aí ele falou “*nossas criancinhas aqui estão bem guardadas, né, estão bonitas, gordinhas, sadias... vocês têm vigias pra elas aí, né, tão bem guardadas, né? De noite não tem frio, tem nada... E nossas crianças lá fora? Então, se a gente tá aqui pra celebrar, tem que ir lá fora, trabalhar lá primeiro, depois vir aqui*” (senhor Zé Roberto, 2011).

---

13. O arcebispo Dom Luciano Mendes de Almeida assumiu a arquidiocese de Mariana no ano de 1988. Como líder religioso, tornou-se conhecido como grande defensor dos direitos humanos e das classes mais humildes da população. Faleceu em 27 de agosto de 2006, sendo porém constantemente lembrado como uma figura de peso na defesa dos interesses das comunidades atingidas por barragens na Zona da Mata mineira.

Outra figura importante, que aparece em depoimentos já apresentados, trata-se do senhor Ricardo Ribeiro, um integrante da CPT que o professor Franklin havia conhecido por ocasião da realização do doutorado no sul do país. Segundo o referido professor, o senhor Ricardo foi o agente facilitador de seu acesso às comunidades atingidas pelas barragens na Zona da Mata, já que este já possuía contatos na região. Conforme relata o entrevistado,

Foi nesse período, também, que recebi contato da Professora Andréa Zhouri, recentemente voltada de cursar Ph.D. em Sociologia na Inglaterra e cuja família estava ameaçada pelo projeto de barragem PCH Aiuruoca. Ela soube do meu trabalho com o projeto de extensão. Foi início de uma relação de colaboração mútua que continua desde aquela época. Andréa e o grupo que ela organizou na UFMG -- o Grupo de Estudos e Temas Ambientais – GESTA – têm exercido uma assessoria significativa em Minas Gerais, principalmente no norte do Estado. A maneira que facilitei a integração de Andréa na assessoria aos atingidos e relações com MAB foi semelhante à forma que Ricardo Ribeiro me integrou na assessoria aos atingidos que, por sua vez, foi semelhante à maneira que Ricardo começou trabalhar na assessoria após conhecer Prof. Carlos Vainer e seu trabalho com assessoria aos atingidos, no IPPUR/ UFRJ. (Professor Franklin Rothman, 2011)

A professora Andréa Zhouri, mencionada na fala do entrevistado, é outra figura relevante dentro do processo de formação da rede social na Zona da Mata. Interessante notar como, a partir de seu conhecimento com o professor Franklin, a professora Andréia reproduziu a iniciativa do referido docente ao também criar um grupo de pesquisa na UFMG, dando início a atividades de assessoria na região norte do estado de Minas Gerais. A menção na fala do entrevistado à parceria que remanesce entre os dois pesquisadores pode retratar o cenário já apontado por Sherer-Warren (2006, p. 113), acerca da “tendência entre organismos e grupos da sociedade civil de mes006Da identidade social e política, de articularem-se com o fim de obter visibilidade, exercer pressão na esfera pública e assim atingir objetivos comuns”. A troca de informações e a formação de novos coletivos parece ser a marca determinante deste processo de formação de redes, como demonstra ao entrevistado, ao relatar que foram semelhantes os processos de inserção havidos entre ele, a professora Andréa e Ricardo Ribeiro.

Paralelamente à dinâmica apontada pelo professor Franklin em sua fala anteriormente citada, a partir de meados de 1995 o grupo de estudantes e professores da UFV, organizados como projeto de extensão pelo entrevistado, inicia uma série de reuniões nas comunidades potencialmente atingidas pelos projetos de barragens, numa atuação conjunta entre a Universidade, Igreja Católica e lideranças locais, conforme é relatado pelo senhor Leonardo Rezende<sup>14</sup>:

---

14. O senhor Leonardo Pereira Rezende é advogado, com graduação em Direito pela Universidade Federal de Viçosa. Seu envolvimento com a temática abordada na presente pesquisa tem início com sua vinculação ao programa de Mestrado do Departamento de Extensão Rural da UFV em 1997, ocasião em que se tornou orientando do professor Franklin. Sua participação na pesquisa se deve ao fato de ter integrado os quadros iniciais do projeto de extensão (PACAB), quando ainda estudante, e posteriormente, pela sua condição de coordenador da ONG NACAB, atividade que exerce até hoje.

E aí, ele [Franklin] articula uma mobilização com a Igreja, procura saber quem são os atingidos, e aí a coisa começa a surgir, aparecer as situações. Tem o Gumerindo, que hoje é pró-reitor de extensão, que tinha vínculos com a comunidade atingida de Cachoeira da Providência, em Pedra do Anta, família dele é de lá. Ele é parente de seu Paulo, sobrinho de seu Paulo Viana, e traz o seu Paulo Viana. (...) E aí, em Ponte Nova, não sei como, mas acho que foi através da Igreja, que o Zé Roberto também aparece e faz o vínculo com a comunidade de Casa Nova, lá em Ponte Nova. E aí o Franklin organiza, através da UFV, centraliza essa organização, é, com professores, e a comunidade, Gumerindo trazendo seu Paulo e o Zé Roberto trazendo seu Geraldo, na época lá de Casa Nova. E fazendo essas reuniões aqui, ele faz um projeto de extensão. (senhor Leonardo Rezende, 2011)

Como se observa na fala do professor Franklin, o mesmo se apresenta como o articulador das atividades de assessoria. De fato, segundo diferentes relatos, o professor Franklin liderava o trabalho de agregar lideranças de diversos segmentos para a discussão das questões que se apresentavam, consistindo, este, na avaliação técnica dos EIA/RIMA's. Esta análise ficava a cargo do corpo acadêmico da UFV, atividade que contava com a participação de professores de diferentes áreas do conhecimento, como se percebe pelo relato da professora Irene Cardoso:

É, na verdade tinha uma demanda que era... porque todas as barragens iam ser

feitas, e tem uma.. uma... na legislação é obrigado a ter audiência pública, agora como é que essas audiências públicas são feitas ou eram feitas naquele momento cabia a quem tivesse... é... aos barrageiros, né. Então podia chamar uma audiência junto com a FEAM, com os órgãos públicos. Mas ninguém chamava uma audiência pública, ninguém ficava sabendo, é, sem nenhuma mobilização das pessoas lá... Então uma das coisas era se mobilizar pras audiências públicas. Então, como é que essas comunidades poderiam estar se mobilizando e pra isso tinha um trabalho que era de ir pras comunidades, conversar com as pessoas, tentar ajudar na mobilização, na organização das audiências públicas. E a outra era a leitura dos EIA/RIMA's, porque normalmente é um pacote muito grande, com muitas informações, que muitas vezes as comunidades elas não conseguem entender o que está escrito lá. Então uma ideia era estar fazendo, então, meio que um entendimento né, até mesmo a tradução do que estava escrito lá pra... junto com a comunidade, para entender o que estava lá. Uma outra coisa era que muitas vezes esses EIA/RIMA's eles tinham que ser avaliados, e discutidos nas audiências públicas. Então muitos desses EIA/RIMA's tinham muitos erros, então o que a gente fazia era fazer uma avaliação técnica desses EIA/RIMA's, então como eu sou da área de solos, eu fazia muito a avaliação, eu e o Luis, e fazemos até hoje, ainda, quando é preciso, avaliação da parte física do EIA/RIMA. Então os estudos de solo, relevo, geologia, a gente fazia então essas avaliações pra estar discutindo então nas audiências públicas,

pra ta enviando, mandando pra FEAM, pra FEAM ter então a... o parecer técnico sobre as questões que estavam colocadas ali... e outra participação era na audiência pública. Então, ir na audiência pública, pra estar dando o depoimento sobre o que nós encontramos de incoerência nos EIA/RIMA's, e não eram poucas. (professora Irene Cardoso, 2011)

Como se percebe do depoimento acima, além da avaliação técnica dos estudos ambientais trazidos pelos empreendedores, a mobilização das comunidades ameaçadas pelas barragens era também uma preocupação dos assessores. O envolvimento direto das próprias comunidades era importante, tanto na contestação às informações trazidas pelos estudos oficiais, quanto nas mobilizações públicas, como se pode depreender dos relatos seguintes:

Ih, foram várias viagens... Viajamos várias vezes, fomos a Belo Horizonte na FEAM... Belo Horizonte deve ter ido uma meia dúzia de vezes, para Viçosa, mais umas dez viagens para encontros e seminários que foram promovidos na Universidade. Aqui em Ponte Nova, fizemos algumas reuniões aqui também... No dia da audiência, nós reunimos o grupo todo aqui, fomos marchando e cantando aqui, com pandeiro, com faixa, até o local da reunião. O povo totalmente desinibido e organizado. Fruto do trabalho da assessoria. (senhor Zé Roberto, 2011)

Íamos com as pessoas conhecendo a comunidade, comparando com o que o RIMA falava. (...) era onde eles nos mostravam... “ó, tá falando que aqui do

peixe, ó, que aqui tem a piaba, aqui tem o cascudo, tem o lambari e a cará”. E o atingido: “mas não falaram que tem o surubim”. “Tem?” “Tem”. É o atingido que falou. “Não falaram que tem o dourado não”. “Mas tem o dourado aí?” “Tem”. A comunidade estava contribuindo, não era passiva. Era troca de saber. Era um trabalho de dissecação do EIA junto com a comunidade. (senhor Zé Roberto, 2011)

Neste sentido, a experiência de Pilar, retratada nos depoimentos acima, é frequentemente trazida como exemplo de mobilização comunitária. Neste contexto, desperta a atenção o depoimento da professora Irene Cardoso, ao mencionar que presenciou, ao término da audiência pública do Projeto Pilar, o palco totalmente coberto por produtos oriundos da atividade de agricultura desenvolvida pelos moradores da comunidade, contrariando a afirmação dos empreendedores de que a atividade agrícola na região seria insipiente:

Então, em uma das audiências públicas, que foi na barragem de Guaraciaba, lá de Casa Nova, é, no momento da audiência pública os agricultores foram colocando os produtos, então quando as pessoas iam falando, eles iam colocando o que eles produziam. Cana, abóbora, mandioca, inhame, tudo o que eles produziam. No final, todo o palco onde estava sendo a audiência estava completamente coberto desses0020produtos. (professora Irene Cardoso, 2011)

A fala da professora entrevistada retrata o comprometimento da população atingida pelo projeto Pilar. Neste caso, ao lado do

trabalho técnico realizado pela comunidade acadêmica, o engajamento da comunidade foi um fator decisivo para que muitas exigências fossem determinadas pelos órgãos licenciadores como condicionantes para a liberação da construção da barragem. Isto elevou significativamente o custo inicial da obra, fato que levou à desistência dos empreendedores na instalação da barragem. O episódio narrado pela entrevistada pode retratar, desta maneira, o entendimento trazido por Rothman (2002, p. 47), a respeito da importância da contribuição da participação popular efetiva para a obtenção de “resultados positivos ao movimento”.

Nesta medida, o depoimento anteriormente apresentado confirma a percepção trazida pelo professor Franklin, de que a dinâmica dos trabalhos de assessoria propiciou a capacitação das comunidades rurais como sujeitos capazes de contribuir ativamente, a partir de suas próprias percepções, com o processo de discussão das consequências da construção das barragens na Zona da Mata mineira. Segundo o entrevistado,

Por meio desse processo, membros da comunidade puderam perceber a importância e valor do saber local, acumulada por

gerações, quase sempre mais abrangente e completo do que as informações no EIA-RIMA, coletadas em pouco tempo por membros da equipe técnica contratada pelo empreendedor. Dessa maneira, agricultores atingidos se sentiram confiantes em usar a palavra para fazer depoimentos nas audiências públicas, e eles e a equipe técnica do NACAB/PACAB puderam identificar erros, deficiências e insuficiências nos EIA-RIMA's. Desde que a equipe do Programa Teia de Extensão começou a realizar visitas às comunidades atingidas pela PCH Fumaça e pela UHE Candonga002C e prestar assessoria aos atingidos de Fumaça, a troca de saberes entre a equipe técnica e agricultores locais atingidas tem sido marco do trabalho. (Professor Franklin Rothman, 2011)

A menção ao Programa TEIA<sup>15</sup>, na fala do entrevistado, indica presença de mais um importante coletivo a integrar a rede social na Zona da Mata. Desde 1996, a equipe do programa TEIA participou da assessoria a diferentes comunidades rurais afetadas por barragens na região, sendo que o próprio PACAB, programa de extensão criado pelo professor

---

15. O TEIA deu início às suas atividades em 2005, e sua participação na rede social analisada é frequentemente lembrada nos casos de Candonga e Diogo de Vasconcelos, ocasião em que professores do grupo prestaram assessorias às comunidades locais. Desde a sua criação, a missão do projeto tem sido apontada como a de “gerar interação entre Projetos de Extensão a partir da utilização de ações integradoras e de intensa participação popular. Com foco na necessária interligação extensão-ensino-pesquisa, procura a investigação-ação e a interdisciplinaridade através de metodologias participativas e densa dialogicidade. Assim, se fortalecem os vínculos entre universidade e sociedade propiciadores de uma ecologia de saberes que se diferencia dos clássicos difusionismo, assistencialismo e mera prestação de serviços. Se organiza a partir de Coletivos de Criação organizativos e temáticos (Agroecologia, Saúde, Tecnologias Sociais, Economia Popular Solidária, Educação e Comunicação Populares, Gestão e Sistematização). Esses Coletivos, a partir da interação e demandas dos Projetos envolvidos, promovem ações com base em excursões pedagógicas, avaliação e planejamento comuns”. Atualmente, conta com uma equipe de 16 (dezesseis) docentes responsáveis por projetos de extensão de departamentos como Educação, Solos, Geografia, Economia Rural, e Economia Doméstica, sendo este último na pessoa da professora Júnia Marise, atual coordenadora do PACAB. Informações obtidas no sítio oficial do projeto, disponíveis em <<http://www.ufv.br/teia/historico.htm>>, acesso em 08 de dezembro de 2011.

Franklin, é hoje um dos projetos integrantes do TEIA. Interessante notar que a ideologia de trabalho do TEIA está intimamente ligada aos métodos de atuação adotados desde a formação da rede, já que o programa tem sua ação lastreada na capacitação das comunidades rurais a partir do saber local, como relatado pela professora Irene Cardoso:

O TEIA é um programa de extensão universitária que agrega, que articula vários projetos de extensão, enquanto programa, ele articula vários projetos de extensão. E os projetos que tenham uma identidade. E que identidade é essa? São projetos que trabalham com a questão ambiental, com os movimentos sociais, com educação de campo, com economia solidária, com tecnologia social, com saúde integral, e que trabalham na perspectiva da construção do conhecimento. Então não são os projetos que têm a visão antiga da extensão, de levar o conhecimento, de levar o saber para as comunidades, a gente entende que todos têm um saber, todos os saberes são importantes e que na interação, no diálogo entre esses saberes a gente constrói um saber mútuo. Então a ideia é essa, então é uma outra proposta de extensão também. (professora Irene Cardoso, 2011)

Outro aspecto importante verificado é que os depoimentos apontam para um gradativo direcionamento do MAB local, rumo a uma maior autonomia em relação ao grupo de professores da Universidade. A análise das falas permite concluir que, com o passar do tempo, foi-se criando uma forma de diferenciação entre as estratégias de trabalho do MAB local

e aquelas empregadas pelo núcleo da UFV. A distinção entre o emprego das expressões “assessoria técnica” como específica do grupo acadêmico, e “organização” e “mobilização” como próprias do núcleo do MAB aponta neste sentido.

Conforme se percebe no depoimento abaixo, Padre Claret emprega a expressão “o trabalho que vocês fazem” referindo-se à análise dos documentos oficiais realizado pelos acadêmicos junto às comunidades, o que indica que ele próprio, enquanto integrante de um movimento social, não se percebia dentro do grupo que prestava aquele tipo de atividade:

Mas no início, basicamente o que era feito era tentar assim, da parte do pessoal da universidade, era tentar, eh, traduzir em miúdo, o [EIA-RIMA, né?. Aí o pessoal lia, lia, lia, e tal, fazia reunião. É sempre útil, eu achei o trabalho que **vocês fazem**, que no caso é... é muito interessante. Porque aí a pessoa se apropriava daquilo, né, com a sua própria linguagem, tal, e era interessante. E com o objetivo de preparar o pessoal pra audiência (...) E a **gente** entrava, pra tentar organizar o povo, juntar o povo, né? Isso acontecia muito, a **gente** se encarregava das... basicamente de juntar mesmo. (FERNANDES, Antônio Claret. Entrevistadora: Andréa Zhouri. Entrevista concedida ao Programa de História Oral da 0046AFICH. Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2005) (grifei)

A fala do entrevistado aponta claramente para uma diferenciação entre o que era considerado como o trabalho realizado pela Universidade, e o que seria o trabalho do próprio movimento local, ao qual Padre Claret

se considera vinculado. Desta maneira, embora os depoimentos indiquem que a comunidade universitária também participasse de eventos públicos e das audiências públicas, é preciso destacar que o papel de mobilização e organização das pessoas sempre aparece mais vinculado ao MAB local.

Conforme sinalizado no depoimento acima, o seguimento do processo de articulação entre projeto de extensão da UFV, Igreja Católica e lideranças comunitárias, paralela a um processo embrionário de formação de um movimento social de atingidos por barragens, dá origem, em 2002, à criação de uma ONG por iniciativa de ex-alunos do projeto de extensão criado pelo professor Franklin. O objetivo era justamente dar continuidade ao trabalho até então desenvolvido dentro da Universidade. Neste momento, o projeto de extensão é rebatizado como PACAB, Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens, e a ONG herda o nome NACAB, Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens. O processo de idealização do NACAB pode ser percebido pela fala do professor Franklin, abaixo:

Ahn... (...) 97, 98, surgiu a ideia, né, de uma ONG. Tentar pensar sobre, assim, uma ONG também para institucionalizar esse trabalho (...) a Universidade pode fazer alguma assessoria mas não de forma institucional, movimento popular exige, né, um trabalho mais de perto, no dia-a-dia, e... e... uma ONG tem mais condições do que uma Universidade para fazer... para fazer isso, né? (ROTHMAN, Franklin Daniel. Entrevistadora: Andréa Zhouri. Entrevista concedida ao Programa de História Oral da FAFICH. Belo

Horizonte, 28 de janeiro de 2005)

Percebe-se no relato acima a preocupação do entrevistado em desvincular o trabalho de assessoria propriamente dita da Universidade, até como uma forma de se propiciar uma atuação mais condizente com a lógica de um movimento social. Atualmente, o NACAB é uma ONG formalmente registrada, mas que atua com limitações. Basicamente, possui como membros permanentes seu atual presidente, senhor Leonardo Rezende, ex-aluno do professor Franklin, e outras lideranças comunitárias da região, como os senhores Paulo Viana e José Roberto. A ONG conta ainda com a colaboração de voluntários, a maior parte estudantes, sendo grande a rotatividade entre os mesmos, como se vê no depoimento de seu coordenador:

O NACAB hoje, existe... sou eu... existe a entidade, né. Mas assim, quem tá mais à frente, eu, Paulo Viana, Zé Roberto, e tem a contribuição da Aline, mas que em termos sociais no PACAB ela não foi incluída, tem o Daniel, que dá apoio... mas a gente aos trancos e barrancos vai levando a entidade, que, querendo ou não, ela é sujeito ativo na ação civil pública, então a gente tem várias ações civis públicas do NACAB... então a gente mantém a entidade, é, com as mesmas dificuldades de sempre. (senhor Leonardo Resende, 2011)

O senhor Leonardo Rezende, autor do depoimento acima, é ex-orientando do professor Franklin no mestrado em Extensão Rural. O seu envolvimento com a rede se dá em 1997, quando o mesmo ingressa no projeto de exten-

são, e adota como tema de pesquisa de mesurado a temática das barragens. Seu nome é frequentemente citado pelos atores entrevistados como uma pessoa que se engajou e deu continuidade ao trabalho, vinculando-o, inclusive, à sua área de formação profissional, o Direito.

Inicialmente, NACAB e PACAB confundem-se em várias ocasiões, até mesmo pela identidade de seus integrantes. Quem era participante do PACAB, também participava de NACAB. O que se vislumbra é que, a princípio, as duas organizações consistiam quase que numa entidade única, só que com esferas de atuação diferentes: PACAB vinculado à UFV, enquanto NACAB como organização civil autônoma. Atualmente, o cenário se alterou: até mesmo pela atual administração do projeto de extensão, PACAB e NACAB continuam próximos, contudo, mais individualizados. Hoje, a atuação do NACAB é percebida como a assessoria jurídica nos processos de licenciamento ambiental, prestada essencialmente por seu presidente, na condição de advogado. Esta percepção, já identificada no depoimento imediatamente anterior do senhor Leonardo Rezende, é agora reafirmada no depoimento do professor Franklin:

É importante levar em consideração que parte significativa da assessoria realizada pelo projeto de extensão é conduzida em parceria com NACAB (principalmente a assessoria jurídica do Leonardo), MAB, outros parceiros e grupos das comunidades atingidas. (...) As conquistas ou

contribuições da ON0047 NACAB são muitas, principalmente como resultado da assessoria jurídica de Leonardo Rezende, no período de quase quinze anos. (professor Franklin Rothman, 2011)

É possível perceber, pelos depoimentos, que outras organizações, além do MAB regional, PACAB, NACAB e TEIA, são percebidas na região como importantes para o trabalho junto às comunidades atingidas pelas barragens. Uma delas é a CPT-MG, sendo frequentemente mencionadas as pessoas da senhora Sônia Loschi e senhor João, além de Ricardo Ribeiro, que foi o agente que facilitou a inserção do professor Franklin neste universo na Zona da Mata, conforme demonstra o depoimento seguinte:

Fora da UFV, a contribuição da CPT-MG tem sido significativa, começando com Ricardo Ferreira Ribeiro, em 1995 e, a partir de 1997, o trabalho de Sônia Loschi e seu parceiro de trabalho, João, da CPT-Campos das Vertentes. É importante frisar que, desde esse início, Sônia e João têm desenvolvido seu trabalho de base na organização e mobilização dos atingidos, frequentemente junto com Padre Claret, praticamente como militantes do MAB. (professor Franklin, 2011)

Embora pouco recorrente na fala dos entrevistados, é preciso destacar que também é mencionado nos depoimentos o CEAS<sup>16</sup>, Con-

16. O CEAS, ou Conselho Estadual de Assistência Social, é uma instância do governo de Minas criado por meio da Lei 12.262, de 23 de julho de 1996, vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. Possui caráter deliberativo e participativo de assistência social. O órgão conta com composição paritária de vinte membros, sendo 10 (dez) representantes de órgãos governamentais e 10 (dez) representantes de entidades não-governamentais. Nos últimos tempos, o CEAS tem atuado na mediação de situações de conflito social tais como as decorrentes da implantação de hidrelétricas, valendo destacar a sua recente intervenção na mediação de Candonga. Informações disponíveis em "<http://www.conselhos.mg.gov.br/ceas/pagina/home>", acesso em 11 de dezembro de 2011.

selho Estadual de Assistência Social do Estado de Minas Gerais. A menção ao Conselho se deu por ocasião da referência ao processo de mediação realizado no caso Candonga<sup>17</sup>, conforme relata o senhor Zé Antônio:

No geral, a assessoria do MAB, a assessoria do CEAS, e a força com o prefeito, e nossa posição, de atitude, que nós nunca abrimos mão disso aí. Porque poderia ter todas essas forças também, mas se a gente tivesse enfraquecido, entendeu, a gente não receberia nada, porque as forças, quem tem direito, quem tem o direito somos nós. Mas nós unimos a nossa força com a força daqueles que nos apoiaram. Então nós chegamos a um final feliz. (senhor Zé Antônio, 2011).

Como se observa na fala do entrevistado, o mesmo arrola o CEAS, juntamente com outras pessoas e instituições que se mostraram importantes na condução do processo de mediação em Candonga. Porém, é preciso ressaltar que, ao que se depreende dos relatos, a intervenção do CEAS na região se deu muito recentemente, motivo pelo qual não nos parece haver, por hora, elementos concretos o suficiente para concluir acerca sua relevância dentro

da rede social estudada. Porém, acreditamos que, em decorrência deste processo de mediação, possivelmente o Conselho venha a fortalecer sua presença e ganhar evidência dentro da rede social na Zona da Mata, o que inclusive poderá ser analisado em estudos posteriores.

Outro fato que se destaca pela análise dos depoimentos coletados é que, além de ser seu principal idealizador, a figura do professor Franklin foi fundamental para a articulação dos organismos coletivos integrantes da rede. Isto porque, em praticamente todos os casos, as pessoas que iam gradativamente se envolvendo com o trabalho de assessoria a comunidades atingidas por barragens na Zona da Mata mineira o faziam, de um modo ou outro, devido à sua ligação com o referido professor.

Esta relação é bem visível, por exemplo, entre PACAB e NACAB, ambos núcleos acadêmicos que contavam com a participação do professor Franklin. O próprio núcleo local do MAB se constitui na região a partir do conhecimento articulado entre padre Claret e professor Franklin. Esta dinâmica resta evidenciada na fala do senhor Leonardo Rezende, conforme se pode perceber abaixo:

Mas eu vejo que o projeto de extensão foi o grande responsável, o MAB, ele

17. Recentemente, foi estabelecido na comunidade atingida pela UHE Candonga, hoje UHE Risoleta Neves, um processo de mediação, com intervenção do CEAS. No dia 16 de março de 2011, o Conselho cancelou a aprovação do PAS (Plano de Assistência Social) apresentado pela empresa. A medida se reveste de importância porque a aprovação do PAS pelo Conselho é requisito obrigatório para a concessão da Licença de Operação (LO), conforme determina a Lei Estadual 12. 812/98 (MG). Tal ocorreu porque o CEAS apurou e acolheu denúncia formulada pelos atingidos de que a empresa não havia cumprido com duas condicionantes determinadas na Res. CEAS 39/2003, quais sejam: a implantação do programa de Reativação Econômica, e a “concessão de terreno, em área produtiva, de 200 m<sup>2</sup> para cada família titular de um imóvel na área urbanizada de Nova Soberbo, próximo às residências, cercado, com água disponível, com fornecimento de suporte técnico para produção, bem como de insumos e implementos agrícolas, de modo a recompor os pomares e hortas inundados”, nos prazos respectivos de 30 e 180 dias. Além disso, foram descumpridas outras duas questões: a reforma das casas em Nova Soberbo, que foram construídas com as cozinhas viradas para a rua, e a legalização dos registros dos imóveis feitos no distrito de Nova Soberbo.

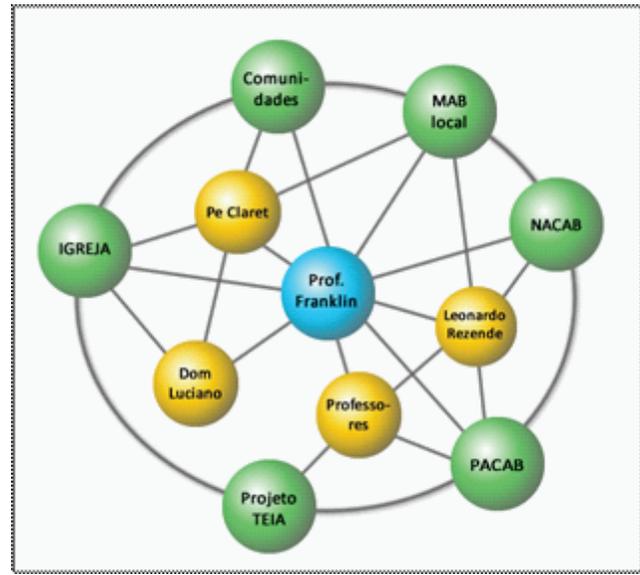
custou a se formar aqui, porque precisava de movimentação de base, o MAB só veio a criar assim um vínculo forte com a entrada do Claret, ele criou um movimento mais de base, mas começou a articulação em cada comunidade. Tinha o MAB porque que tinha as comunidades ocupadas com os projetos. E o NACAB já é um fruto mais de 2003, que quando esses estudantes, que trabalhavam em 96, 97 se formaram, perceberam a oportunidade de trabalho na ONG de prestar serviço às comunidades. E aí surge o NACAB como uma forma de... uma entidade para, para poder fazer projetos, apoiar...(senhor Leonardo Rezende, 2011)

A fala do entrevistado evidencia um elo comum entre os coletivos que iam gradativamente se estabelecendo na região. A partir da articulação que é relatada pelo senhor Leonardo Rezende, é possível observar que nosso objeto de estudo na presente pesquisa consiste especificamente em uma rede social construída na Zona da Mata mineira, formada pela articulação entre coletivos que tinham como objetivo comum, primordialmente, a defesa dos direitos e interesses das comunidades atingidas por barragens.

Um importante fator a ser observado é que o elo comum entre os coletivos formadores da rede social, ou seja, a procura pela legitimação de direitos de comunidades rurais impactadas por empreendimentos hidrelétricos, passava necessariamente pela figura do professor Franklin e se estendia dentre outras pessoas-chave identificadas dentro da rede social. Este elo mútuo foi o que facilitou o diálogo e a atuação conjunta entre os coletivos da rede social em formação, propiciando a sua articulação em

rede, conforme procura esquematizar a Figura 1:

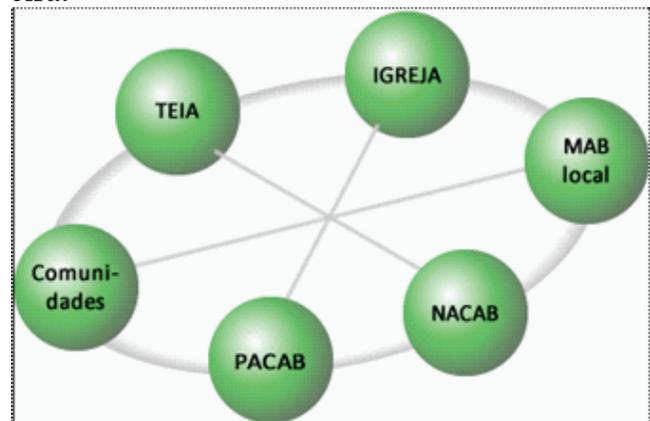
Figura 1. Articulação da rede social estudada a partir da figura do professor Franklin.



Fonte: Elaborada pelos autores.

Desta maneira, trata-se, na verdade, de uma rede social formada por nós coletivos (associativismos locais), ou seja, no dizer de Sherer-Warren (2006), coletivos em rede, conforme apresentado na Figura 2:

Figura 2. Rede Social na Zona da Mata mineira.

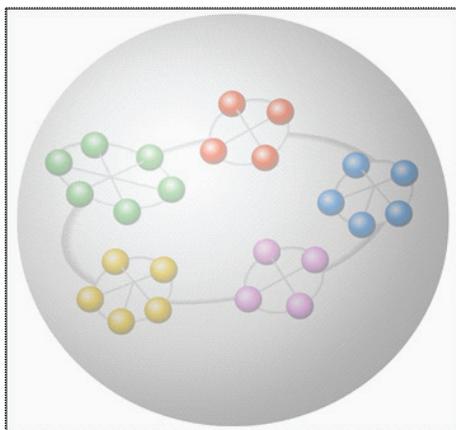


Fonte: Elaborada pelos autores.

Percebe-se, desta forma, que os próprios “nós” que compõem a rede analisada nesta pesquisa (PACAB, MAB local, comunidades, etc) consistem em nós coletivos – estes *nós*, por sua vez, também são redes. Ou seja, estes coletivos ou, no dizer de Sherer-Warren (2006), *associa-tivismos locais*, ao se articularem, consistem em coletivos em rede, que são formadores de *redes de redes*. Em outras palavras, trabalhamos aqui com uma rede social de coletivos em rede, ou seja, uma *rede que é formada por outras redes*. E num segundo momento, esta nossa rede é também o “nó” de outra rede ainda mais complexa, ou seja, a rede de movimento social formada no Brasil pelo MAB nacional.

Isto porque, quando observarmos a rede social<sup>18</sup> presente na Zona da Mata mineira a

Figura 3. Rede de movimento social do MAB Nacional, mostrando como um dos nós que a compõem a rede social presente na Zona da Mata mineira.



Fonte: Elaborada pelos autores.

partir de uma perspectiva mais ampla, é possível perceber que ela, ao mesmo tempo em que consiste numa rede em si própria, é também o nó de outra rede ainda mais complexa, ou seja, a rede de movimento social formadora do MAB nacional<sup>19</sup>, conforme ilustra a Figura 3:

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perceber o meio ambiente enquanto território simbólico e materialmente contestável implica reconhecer os conflitos ambientais como relações assimétricas de poder, através dos quais os distintos atores sociais, munidos de diferentes formas de conceber e interagir com o meio ambiente, se enfrentam pelo domínio de um mesmo território.

Neste sentido, no que toca ao campo da construção de empreendimentos hidrelétricos, abre-se espaço para o questionamento da validade dos paradigmas da política de gestão e desenvolvimento sustentável, na medida em que vêm à luz as contradições do modelo econômico vigente, que reflete um intrincado processo de monopolização dos recursos naturais por parte dos grupos sociais dominantes, que têm a seu dispor todo um poderio político-econômico para impor seus interesses na construção de barragens, desconsiderando os modos de apropriação tradicionais do espaço por outros grupos sociais economicamente mais frágeis e vulneráveis.

Logo, o setor energético brasileiro tem

18. Esclarecemos que no presente trabalho, sempre que nos referirmos ao nosso objeto de estudo, empregaremos a expressão rede social. Embora já tenha sido apontado que, numa perspectiva mais ampla, esta rede é também o nó ou elo de uma rede de movimento social, numa perspectiva local, ela continua a ser uma rede social.

19. Importante ressaltar que a rede social objeto da presente pesquisa tem como um de seus nós coletivos o núcleo local do MAB Zona da Mata, que não se confunde com o Movimento de Atingidos por Barragens em nível nacional.

se mostrado como campo ambientalmente injusto, já que as comunidades dos atingidos carecem de recursos que as tornem capazes de se colocar em pé de igualdade com o empreendedor, o que acaba por destituí-las da condição de sujeitos da relação para meros expectadores no processo de apropriação de espaços. Desta forma, os atingidos pelo empreendimento deixam de ser considerados como verdadeiros sujeitos ativos do processo para ser encarados como mais um elemento constitutivo da paisagem natural, igualmente passíveis de remanejamento e adequação.

Percebe-se, desta forma, a necessidade de se questionar a legitimidade de um paradigma que inscreve desenvolvimento e crescimento econômico numa mesma concepção, e no qual perpetua-se um sistema extremamente injusto em termos sócio-ambientais, já que são os segmentos sociais mais vulneráveis aqueles que arcam com as maiores cargas de prejuízos ambientais, tudo em nome de um suposto “interesse energético”, que nem sempre é compatível com o desgaste e sofrimento de quem é diretamente atingido.

Dentro deste quadro característico de injustiça ambiental é que tem se destacado a importância da assessoria prestada por grupos de apoio, como movimentos sociais, segmentos progressivos e Igreja, Universidades, ONG’s e órgãos técnicos e políticos do governo como forma de se equilibrar a balança em relação aos atingidos pela obra (que estão em posição flagrantemente desvantajosa), diminuindo-se, assim, as desigualdades de poder na relação. A assessoria é fundamental também para efetivar e fortalecer a participação das comunidades nos processos de licenciamento ambiental, arena de materialização, por excelência, destes conflitos sócio-ambientais.

Neste contexto, tendo como referência central a figura de seu principal articulador, o professor Franklin, delineiam-se na Zona da Mata, Minas Gerais, os contornos da rede social estudada, que se constrói a partir da articulação entre o projeto de extensão liderado por este professor, o PACAB, e outros organismos coletivos, como o núcleo regional do MAB na Zona da Mata mineira, a ONG NACAB, além da atuação das respectivas lideranças comunitárias em cada localidade. À rede social sob análise agregam-se ainda coletivos como a Igreja Católica/CPT, e o programa TEIA, da UFV.

Constatamos, desta maneira, a existência de uma rede social em operação na Zona da Mata mineira, formada pela articulação entre coletivos, cujo objetivo comum é, primordialmente, a defesa dos direitos e interesses das comunidades atingidas por barragens. Trata-se, na verdade, de uma rede social formada por nós coletivos. Em outras palavras, trabalhamos aqui, conforme expressa Sherer-Warren (2006), com uma rede de coletivos em rede, ou seja, uma rede que é formada por outras redes.

Importante ainda destacar que, dentro da perspectiva da sociedade em rede, tal como proposta por Castells (1.999), a rede social que consistiu em nosso objeto de estudo insere-se num contexto muito mais amplo, tornando-se, ela mesma, enquanto rede, parte de uma estrutura que é designada por Sherer-Warren (2006) como *rede de movimento social*. Desta maneira, no caso específico da Zona da Mata mineira, a rede social pesquisada é também o “nó” de outra rede ainda mais complexa, ou seja, a rede de movimento social formada no Brasil pelo MAB nacional.

Desta maneira, ao buscar evidenciar as contradições advindas da implantação de empreendimentos como as hidrelétricas que, legit-

imados como indispensáveis para o desenvolvimento do país, pouca margem de opção têm deixado para as populações locais a respeito das escolhas do chamado “desenvolvimento”, a rede social analisada, como rede e também como nó, tem evidenciado a sua importância na contribuição para com o processo de legitimação de direitos e construção de justiça ambiental.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (org.) *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004a. 296p.
- ACSELRAD, H. Conflitos ambientais – a atualidade do objeto. In: *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004a. 296p.
- ACSELRAD, H. Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H. et.al. (Org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004b. 316p. 31
- ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J.A. A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil – uma introdução. In: ACSELRAD, H. et.al. (Org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004b. 316p.
- AMARAL, V. *Redes sociais e redes naturais: a dinâmica da vida*. Disponível em: <[http://www.rits.org.br/redes\\_teste.cfm](http://www.rits.org.br/redes_teste.cfm)>, acesso em 22 de agosto de 2011.
- BULLARD, R. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. Tradução de Carlos Machado de Freitas. In: ACSELRAD, H. et.al. (Org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004b. 316p.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, 698p.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, 529p.
- GOULD, K.A. Classe social, justiça ambiental e conflito político. In: ACSELRAD, H. et.al. (Org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 316p.
- MISOCZKY, M. C. Abordagem de redes no estudo de movimentos sociais: entre o modelo e a metáfora. *Rev. Adm. Pública*. v.43, n.5, p. 1147-1180. 2009.
- OLIVEIRA, S. A releitura dos critérios de justiça na região dos Lagos do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, H. (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. 296p.
- ROTHMAN, F.D. Licenciamento ambiental e lutas de resistência a barragens em Minas Gerais: um estudo comparativo. In: *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamentos e barragens*. Viçosa: Editora UFV, 2008b. 344p.
- ROTHMAN, F.D. Política ambiental e lutas de resistência a barragens em Minas Gerais: um estudo de caso. In: *Raízes*, vol. 21, n. 01, Campina Grande, p.45-52, jan./jun. 2002.

SCHERER-WARREN, I. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. Sociedade e Estado: Brasília, v.21, n. 1, p. 109-130, jn./abr. 2006.

SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais na América Latina – caminhos para uma política emancipatória?* Cadernos CRH: Salvador, v.21, n.54, p. 505-517, set./dez. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Centro de Estudos Mineiros. Programa de História Oral. Projeto Vozes de Minas: Sub-projeto: Ambientalistas mineiros. *Entrevista com Franklin Daniel Rothman*. Entrevistadora: Andréa Zhouri. Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Centro de Estudos Mineiros. Programa de História Oral. Projeto Vozes de Minas: Sub-projeto: Ambientalistas mineiros. *Entrevista com Antônio Claret Fernandes*. Entrevistadora: Andréa Zhouri. Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2005.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PAIVA, A. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, A. et.al. (Org.). *A insustentável leveza da política ambiental*. Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005. 288p.

ZHOURI, A.; ROTHMAN, F.D. Assessoria aos atingidos por barragens em Minas Gerais: desafios, limites e potenciais. In: *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamentos*

e barragens. Viçosa: Editora UFV, 2008. 344p.

ZHOURI, A.; ZUCARELLI, M.C. Mapa dos conflitos ambientais no Estado de Minas Gerais – notas preliminares de uma pesquisa em andamento. *IV Encontro Nacional da ANPPAS. 04 a 06 de junho de 2008. Brasília, DF, 2008.*